



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 7, DE 2017

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº412, de 2015, do Senador Romário, que Altera a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que "institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências", para alterar expressões relativas a pessoas com deficiência e ampliar o escopo da isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) para outras deficiências, além da física.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Hélio José

03 de Maio de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2015, que *altera a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para alterar expressões relativas a pessoas com deficiência e ampliar o escopo da isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) para outras deficiências, além da física.*



SF/17258.28819-14

RELATOR: Senador **HÉLIO JOSÉ**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 412, de 2015, de autoria do Senador Romário, que modifica a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, para alterar expressões relativas a pessoas com deficiência e ampliar o escopo da isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) para outras deficiências, além da física.

O PLS, em seu art. 1º, dá nova redação ao inciso IV do art. 72 da Lei nº 8.383, de 1991. A nova redação retira do departamento de trânsito estadual, transferindo-a para profissional habilitado ou equipe multiprofissional dos serviços públicos de saúde, ou ainda para serviços privados ou conveniados, a atestação da deficiência, condição necessária ao exercício do direito à isenção do IOF para a aquisição de certos automóveis. A deficiência, contudo, tem de ser reconhecida pelo departamento de trânsito do estado onde reside em caráter permanente o beneficiário da isenção tributária. Pela nova redação, o benefício não mais está restrito às pessoas com deficiência física.

Já em seu art. 2º, o PLS revoga duas alíneas do inciso IV do art. 72, as quais definem especificidades a serem atendidas pela perícia médica no laudo que atesta a existência da supracitada deficiência para fins de isenção tributária.

O art. 3º do PLS, por fim, estabelece a cláusula de vigência da proposição, definindo que a entrada em vigor da lei dar-se-á noventa dias após sua publicação.

Na justificação do PLS, o autor observa a importância de se atualizar as expressões legais que fazem referência à pessoa com deficiência. E o faz apresentando duas razões: adaptar-se à nomenclatura utilizada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual vale como emenda constitucional, e disseminar o respeito a tais pessoas, o que é alcançado ao se preterir expressões condescendentes e que inferiorizam.

Ademais, o autor da proposição enfatiza ser importante estender a isenção do IOF, quando da aquisição de automóveis, mesmo às pessoas com deficiência que não seja física, pois, embora a isenção seja uma compensação pelos custos com a adaptação de veículos, passaria a ser uma compensação pelos ônus enfrentados por tais pessoas na sociedade.

Por fim, o autor do PLS defende que a perícia que declare a existência da deficiência possa ser realizada por profissionais de saúde que não necessariamente sejam médicos, e que os departamentos de trânsito apenas reconheçam os atestados da deficiência, e não a atestem. E defende, outrossim, que o direito à isenção do IOF deva valer quando a aquisição se dê por pessoa com deficiência, ainda que ela não venha a ser a condutora do veículo, mas apenas passageira.

A matéria foi distribuída à CDH. Na sequência, será distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à qual caberá a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.



II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência. Logo, na CDH, a proposição será analisada quanto a estes aspectos, cabendo à CAE apreciar seus aspectos tributário e econômico. A sugestão não padece de vício de antirregimentalidade.

De igual forma, não há reparos a se fazer quanto à constitucionalidade, à legalidade ou à técnica legislativa. A matéria é consentânea com a Constituição Federal, no inciso XIV de seu art. 24, que trata da competência concorrente da União para legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência.

A proposição é altamente meritória ao pensar naqueles que se veem indevidamente diminuídos em razão do uso de termos sutilmente depreciativos que não encontram mais acolhida na lei e na compreensão atual de direitos humanos.

Ademais, é importante observar que a proposição corretamente prevê a realização da verificação da deficiência por equipe multiprofissional, o que está em concordância com o art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Trata-se de nova perspectiva no entendimento da deficiência, o que só reforça o mérito do projeto e a importância de sua aprovação.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Relatório de Registro de Presença
CDH, 03/05/2017 às 11h - 21ª, Extraordinária
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPPLY PRESENTE	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ PRESENTE	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	2. LINDBERGH FARIAS
PAULO PAIM PRESENTE	3. PAULO ROCHA PRESENTE
REGINA SOUSA	4. ACIR GURGACZ

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
VAGO	2. VAGO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE	1. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE
ROMÁRIO	2. VAGO

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. CIDINHO SANTOS
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. WELLINGTON FAGUNDES

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
RONALDO CAIADO
GLADSON CAMELI
PEDRO CHAVES

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 412/2015)

RECEBIDO, NESTA DATA, NOVO RELATÓRIO DO SENADOR HÉLIO JOSÉ COM VOTO PELA APROVAÇÃO DO PROJETO. NA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O NOVO RELATÓRIO DO SENADOR HÉLIO JOSÉ, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

03 de Maio de 2017

Senador PAULO PAIM

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa